



Artigos

Estrabão  
Vol. (5): 131 - 140  
©Autores  
DOI: 10.53455/re.v5i1.229



Recebido em: 26/01/2024  
Publicado em: 22/02/2024

# Suicídio e psicanálise: Uma leitura geográfica a partir das ocupações no mercado de trabalho

## Suicide and psychoanalysis: A geographical reading based on occupations in the labor market

*Karina Matos<sup>1A</sup>, Helen Gurgel, Eucilene Alves Santana*

### Resumo:

**Contexto:** O suicídio é um fenômeno social complexo, multifacetado e um indicador indireto do estado de saúde de uma população. A ligação entre suicídios e ocupações é uma questão antiga na literatura científica. O trabalho é fundamental para entender o processo de produção do espaço e do território, pois é por meio dele que o homem constrói suas relações sociais. O trabalho teve como objetivo subsidiar a reflexão sobre a construção social do suicídio como um problema de saúde pública, interpretando-o a partir de uma abordagem multidisciplinar. **Metodologia:** Realizou-se revisão narrativa de literatura, em busca de aportes teóricos sobre o suicídio na ciência geográfica e na psicanálise. **Resultados:** Os resultados demonstraram as implicações da precarização das relações de trabalho na saúde mental. O resgate de estudos em Geografia sobre o tema reforçou que o espaço geográfico desempenha um papel importante na compreensão da dinâmica social, pois reflete as vulnerabilidades que podem desencadear sofrimento psíquico e, em casos extremos, levar a atos suicidas. Diante da multifatorialidade do suicídio, estudos mais verticalizados são necessários para compreender de forma holística as relações entre o contexto ocupacional, o espaço geográfico e a saúde mental, para que políticas públicas sejam alinhadas para a promoção de relações de trabalhos mais dignas.

**Palavras-Chave:** Efeitos Coletivos das Desigualdades em Saúde, Saúde da População, Saúde Mental, Emprego.

### Abstract:

**Background:** Suicide is a complex social phenomenon and an indirect indicator of a population's health. In the scientific literature, the link between suicide and occupation is a long-standing issue. Work is fundamental to understanding the process of producing space and territory, as it is through work that individuals build their social relationships. This study aims to examine the social construction of suicide as public health from a multidisciplinary perspective. **Methodology:** A narrative literature review was conducted to identify theoretical contributions to suicide in geographical science and psychoanalysis. **Results:** Findings indicate that precarious working relationships do affect mental health. The studies retrieved in geography reinforce the idea that geographical space plays a crucial role in understanding social dynamics, reflecting vulnerabilities that can trigger psychological suffering and, in extreme cases, lead to suicidal acts. Therefore, it is important to consider the impact of geographical space on mental health. Given the multifactorial nature of suicide, studies that are more detailed are needed to gain a comprehensive understanding of the links between occupational context, geographical space, and mental health in order to tailor public policies to promote more dignified working conditions.

**Keywords:** Collective Effects of Health Disparities, Population Health, Mental Health, Employment.

<sup>1</sup> - *Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR)*  
A - *Contato principal: karinamatos@ufpr.br*

## Introdução

O suicídio é um fenômeno social complexo e multifacetado, influenciado por aspectos ambientais, psicológicos, patológicos, culturais, religiosos, sociais e demográficos, bem como por fatores como desigualdade social, renda, desemprego e escolaridade. Por isso, é considerado um indicador indireto do estado de saúde de uma população (Durkheim, 2000; Lovisi et al., 2009; Oliveira & Benedetti, 2018).

Mundialmente, o suicídio destaca-se como a segunda principal causa de morte entre indivíduos de 15 a 29 anos de idade e é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um problema mundial de saúde pública, especialmente na região das Américas (Lange et al., 2023). As taxas de suicídio ao redor do mundo não são homogêneas e variam de acordo com os fatores relacionados à ocorrência do fenômeno, ao período observado e à maneira como essas mortes são registradas (Lovisi et al., 2009).

A ligação entre suicídio e ocupações é uma antiga questão elaborada pela literatura científica, ganhando destaque a partir do clássico estudo sociológico *O Suicídio* (Durkheim, 1897 como citado em Guimarães, 2012). Durkheim (1897/2000, p. 311) defendia que “todas as vezes que se produzem graves rearranjos no corpo social, sejam eles devido a um súbito movimento de crescimento social ou a um cataclismo inesperado, o homem se mata mais facilmente”. O autor também relacionou a ocorrência do fenômeno com a atividade profissional das vítimas e observou, por exemplo, que os trabalhadores do setor da indústria e comércio apresentariam maior frequência de suicídios por estarem em um meio social de constantes transformações, enquanto os indivíduos do meio rural estariam menos inclinados a esse ato por pertencerem a um ambiente cuja ordem social é alterada mais lentamente (Durkheim, 2000 como citado em Guimarães, 2012).

Essa ligação entre suicídio e ocupações é reiterada por Ceccon et al. (2014) que relatam que em grandes empresas como Renault, Peugeot e France-Télécom, sobretudo na França, o suicídio tem sido associado às mudanças no processo produtivo, ao excessivo número de horas de trabalho, à falta de solidariedade, ao isolamento social e ao assédio moral.

A produção de diversos problemas de saúde em razão do estilo de trabalho também é observada no Japão, onde se observa o *karoshi* – morte por excesso de trabalho, e o *karojisatsu* – suicídio por excesso de trabalho, que ocupa o primeiro lugar entre os casos de autoagressão em trabalhadores no país (Ceccon et al., 2014). Ceccon et al. (2014), Guimarães (2012) e Stack (2000) apontaram o aumento na mortalidade por suicídio entre trabalhadores em momentos de crise ou prosperidades econômicas.

O Brasil, assim como outros países emergentes, tem modificado suas relações de trabalho desde a década de 1990 com a incorporação de um modelo neoliberal que reestruturou processos, relações e a composição da força de trabalho (Ceccon et al., 2014). Essas modificações têm acirrado a precarização do trabalho, evidenciada pelo crescimento de contratos temporários, pela degradação das condições salariais e por outras formas mais flexíveis de contratação (Venco & Barreto, 2010).

Nesse contexto, o trabalho ou ocupação é um conceito-chave para entender o processo de produção do espaço e do território, pois é através dele que o homem constrói suas relações sociais. Em virtude dos diversos fatores envolvidos no fenômeno do suicídio, abre-se a oportunidade para estudos que considerem seu vínculo espacial, uma vez que, se essa influência existe, é sobretudo na distribuição geográfica dos suicídios que ela é mais visível (Gonçalves & Gonçalves Júnior, 2011).

Além de o espaço ser elemento crucial na história do Homem, já que a sociedade se concretiza através do espaço que produz, o espaço só é inteligível através da sociedade que o produziu, porque o espaço organizado pelo homem se relaciona dialeticamente ao condicionar e compartilhar do complexo processo de existência e reprodução social (Corrêa, 2000). Desse modo, as pesquisas acerca dos fatores que influenciam o comportamento suicida devem ser consideradas em estudos geográficos como inter-relacionados e partes indissociáveis de um todo, levando em consideração aspectos sociais, espaciais e históricos em que ocorrem.

O objetivo deste texto é subsidiar a reflexão sobre a construção social do suicídio como um problema de saúde pública e interpretá-lo a partir da divisão socioespacial do trabalho no mundo capitalista contemporâneo, utilizando os aportes teóricos da ciência geográfica e da psicanálise.

## Metodologia

Este trabalho é parte dos resultados da revisão narrativa de literatura realizada durante o desenvolvimento da monografia elaborada pela autora principal como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Geografia (Matos, 2019). Para maior robustez das discussões, realizou-se uma revisão complementar da literatura em 2023 sobre o tema de pesquisa, utilizando as palavras-chave “suicídio”, “trabalho” e “geografia” na Plataforma Google Acadêmico, sem restrição de período. Os 38.700 resultados encontrados foram triados a partir do título e do escopo dos trabalhos científicos relacionados ao tema, o que permitiu aos autores discutir o estado da arte do tema proposto e ampliar o conhecimento sobre a temática neste artigo.

## Resultados e discussão

Embora haja relatos de casos de suicídio desde os primórdios da humanidade, as atitudes positivas ou negativas em relação a esse ato dependem do período e da sociedade observada (Lovisi et al., 2009). Na Grécia Antiga, o suicídio era considerado um atentado contra a estrutura comunitária e, por isso, requeria o prévio consenso da comunidade para que o indivíduo pudesse se matar (Fraga, 2014). Aristóteles argumentava que o suicídio é uma injustiça, pois prejudica não apenas o próprio indivíduo que comete o ato, mas também a cidade. Para ele, o suicídio como uma fuga da pobreza, do amor e da dor era um ato de debilidade, e não de coragem (Bando & Barrozo, 2010).

Em Roma, apenas os níveis sociais mais elevados tinham a legitimidade para o suicídio. Na Idade Média, o suicídio era condenado pela Igreja e pelo Estado, que equiparavam os suicidas a assassinos e ladrões (Fraga, 2014). Segundo Venco e Barreto (2010), além de a Igreja condenar o suicida pós-morte com a impossibilidade de acessar o paraíso, suas propriedades passavam ao poder do rei, e a vida de seus familiares transformava-se em um calvário marcado por vergonha e desespero. As leis de confisco à propriedade do suicida persistiram na Inglaterra até 1870 e, até 1961, a tentativa de suicídio poderia culminar em cárcere.

A proibição do suicídio também levanta questões de ordem política e econômica. Soldados eram proibidos de cometer suicídio por enfraquecerem o exército, equivalendo ao ato de deserção. Da mesma forma, indivíduos escravizados eram proibidos de cometer suicídio pelos prejuízos econômicos que causariam aos seus senhores (Araújo & Bicalho, 2012). Desde as primeiras décadas do século XIX, o ato suicida não é criminalizado pela legislação brasileira (Araújo & Bicalho, 2012). No entanto, a legislação vigente condena o induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio à pena de reclusão de dois a seis anos, caso o ato se consuma (Brasil, 1940, Art. 122).

O espaço geográfico é, segundo Santos (2014), uma instância social que contém e está contida nas demais instâncias da sociedade. O espaço transcende sua redução enquanto mero conjunto de coisas e objetos geográficos que compõem a Natureza. Se expande como a soma da Natureza com a sociedade – uma sociedade que reflete os aspectos da natureza que a abriga. As ações ocorridas no espaço são resultantes do próprio processo social, uma vez que o espaço é uma instância total da sociedade. Através das técnicas, o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria o espaço – que pode ser compreendido como a principal forma de relação entre o homem e o meio (Santos, 2006).

Santos (2014) concebe o espaço geográfico como uma instância social que interage de maneira intrínseca com as demais esferas da sociedade. Mais que uma compilação de elementos geográficos e objetos naturais, o espaço reflete os traços da natureza que o abriga, transcende sua condição material e torna-se uma manifestação do processo social em si. As ações desencadeadas nesse espaço são produtos do próprio dinamismo social, pois o espaço é considerado uma instância integral da sociedade. Nesse contexto, as técnicas não apenas viabilizam a existência humana, mas também atuam como agentes na produção e configuração do espaço, estabelecendo-se como a principal forma de interação entre o homem e o ambiente (Santos, 2006).

A propagação desigual e a seletividade na implantação de técnicas no espaço, oriundas de diversas épocas e finalidade, repercute nas possíveis formas de vida nessas áreas, formando distintas situações às quais as ações humanas se realizam. Por isso, a noção de espaço geográfico só pode ser alcançada a partir da total abrangência do fenômeno técnico, pois é o espaço que redefine a organização dos objetos técnicos, assim como os utiliza segundo uma lógica (Santos, 2006).

A reestruturação produtiva não apenas impacta diretamente a classe trabalhadora, mas também

desencadeia profundas transformações no espaço e território. A complexidade da malha social, representada pela classe trabalhadora, reflete a organização espacial. Um exemplo claro dessas mudanças é a reconfiguração da divisão internacional do trabalho. Essa reconfiguração teve um impacto significativo na composição global da classe trabalhadora, incentivando os países do Sul global a expandirem seus contingentes de trabalhadores nos setores de serviços, agroindústria e indústria, por meio da superexploração da força de trabalho (Antunes & Praun, 2016; Franklin, 2019).

Thomaz Júnior (2002, p. 45) defende que o “desvendamento do ordenamento territorial resultante da processualidade social é o que nos permitirá entender o significado dos fenômenos nos lugares”. Logo, tendo em vista que as relações de trabalho estão subordinadas ao capitalismo, o modo de produção vigente, o processo de produção do espaço também está condicionado a características inerentes à lógica de produção/reprodução do capital (Camacho, 2010).

Os processos de reestruturação produtiva têm aumentado o setor informal e colocado empregados e desempregados, vinculados e subordinados ao setor formal do circuito capitalista de produção, em posições em que não lhes são assegurados salários ou demais direitos trabalhistas, tornando essas novas relações até mais lucrativas para os empregadores do que as atividades formais, e cada vez mais precárias para os trabalhadores (Thomaz Júnior, 2002).

Por determinar o tipo de troca que o homem estabelece com o meio em que está inserido, o trabalho desempenha papel fundamental na construção da identidade do indivíduo (Codo et al., 1995). É o trabalho que posiciona os indivíduos na hierarquia social de valores, onde algumas profissões têm mais prestígio social do que outras, e sujeita diferentes possibilidades de consumo, felicidade, adoecimento e morte. Além disso, é a partir da venda da força de trabalho, tempo e habilidade que se obtêm as condições para moradia, vestuário e alimentação (Sampaio et al., 1995a).

Sampaio et al. (1995a, p. 67) afirmam que “existe uma onipresença do trabalho humano em todas as expressões da vida social”, pois o trabalho humano cria uma rede de interdependência cada vez mais forte entre as pessoas. Como as relações sociais se estruturam, isso define aqueles que utilizarão o trabalho como meio de subsistência e aqueles que acumularão capital a partir do trabalho alheio. Além disso, por ocupar uma parte significativa do tempo de vida de um indivíduo, o trabalho serve como “equivalente universal para nos identificarmos uns perante os outros: (– ‘Quem é você?’ – ‘Ah, sou mecânico’)” (Sampaio et al., 1995a, p. 67).

Sobre a identidade construída a partir do trabalho, especificamente a partir da essência do dinheiro, Marx escreve:

O que é para mim pelo **dinheiro**, o que eu posso pagar, isto é, o que o dinheiro pode comprar, isso **sou eu**, o possuidor do próprio dinheiro. Tão grande quanto a força do dinheiro é a minha força. As qualidades do dinheiro são minhas – [de] seu possuidor – qualidades e forças essenciais. O que eu **sou** e o que eu **consigo** não é determinado de modo algum, portanto, pela minha individualidade. Sou **feito**, mas posso comprar a **mais bela** mulher. Portanto, não sou **feito**, pois o efeito da **fealdade**, sua força repelente, é anulado pelo dinheiro (Marx, 2004, p. 159, grifos do autor).

Sampaio et al. (1995b) observam que, a partir da transformação da natureza pelo trabalho, o sujeito que a transformou também se transforma e é introduzido na dimensão mediadora da sociedade. A relação entre o indivíduo e suas experiências históricas e de mundo, que contém e está contido na sociedade, são expressas ao considerar que o sujeito pertence simultaneamente ao campo da produção (trabalho – gerador de bens, construtor de identidade, metabolismo homem-natureza) e da reprodução (consumo – geração de filhos, construção de tempo livre, de nutrição e de relações sociais para além do trabalho) no mundo socioeconômico.

Diante disso, o produto do trabalho, seu conteúdo, deve ser alvo de estudos, pois pode ser um aspecto importante nas relações entre saúde mental e trabalho (Codo et al., 1995). Sampaio et al. (1995a, p. 73) reforçam que “é preciso entender as possibilidades que o trabalhador tem de se identificar ou não com o produto, de reconhecê-lo como seu, de saber que se torna um pouco mais eterno através de cada coisa que faz”. Quando o trabalhador não consegue fazer isso, mesmo que não morra fisicamente, a cada gesto um vazio se instala em sua alma, sua alegria corrói, seus projetos se frustram e suas esperanças fracassam. Segundo Sato (1995),

quando o trabalho gera incômodo, esforço e sofrimento demasiado em um contexto no qual o indivíduo não tem controle, torna-se penoso. Essa penosidade não está necessariamente relacionada às exigências no trabalho, mas sim ao contexto em que se trabalha.

Carvalho (1995) observa que quando as exigências do meio e do trabalho ultrapassam as capacidades de adaptação do sujeito ou quando suas possibilidades defensivas são sobrecarregadas, ocorrem os chamados “transtornos psíquicos”. A subordinação aos processos organizacionais de gestão, em busca de maior controle, reverbera em diferentes sofrimentos para cada trabalhador.

A relação do trabalhador com a organização do trabalho, que sempre lhe pede mais, o coloca em posição de déficit contínuo, levando-o a uma falta consigo próprio ao desconsiderar seus desejos em prol dos desejos da organização. Para continuar trabalhando, o trabalhador faz dos desejos da organização os seus e torna-se artífice do seu próprio sofrimento (Carvalho, 1995).

Além disso, o medo do desemprego favorece o estabelecimento de normas e controles cada vez mais rígidos por parte das organizações, reduzindo o poder de barganha do trabalhador e gerando um cenário propício para a eclosão de comportamentos de autoagressão, como a “epidemia de suicídios” em chãos de fábrica, e a morte ocorre como denúncia ou último recurso para afetar aqueles que têm poder (Ceccon et al., 2014).

Venco e Barreto (2010, p. 3) sugerem que as mudanças na economia, associadas às novas configurações do trabalho, têm incrementado um discurso indiferente à dor do outro, estimulando o consumismo desenfreado, ao mesmo tempo em que aumenta o desemprego. Essa conjuntura contribui para um sentimento generalizado de incerteza e vazio, resultando em novos casos de suicídio. No entanto, é notável que pouco se fala sobre as relações de trabalho como possíveis causas para o suicídio.

Diversas concepções de lugar na ciência geográfica mostram seu valor conforme o contexto e a corrente de pensamento adotada para explicar fenômenos variados. O homem age seletivamente no processo de organização do espaço e decide sobre um lugar específico com base em atributos considerados de interesse, de acordo com seus projetos para cada porção do espaço (Corrêa, 2000). Dessa forma, cada lugar possui um valor atribuído, sujeito a variações ao longo do tempo por razões econômicas, políticas ou culturais que afetam sua importância, podendo marginalizar ou centralizar determinados lugares.

Para Carlos (2007, p. 20 como citado em Staniski et al., 2014), o espaço é produzido diariamente como produto da divisão social e técnica do trabalho, gerando uma morfologia fragmentada e hierarquizada. Essa produção se manifesta nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar em um momento específico. Como cada sujeito se insere em um espaço, os conflitos do mundo moderno se manifestam no lugar, permitindo pensar o viver, habitar, trabalhar e lazer como situações vividas.

Para Tuan (1975 como citado em Staniski et al., 2014, p. 5), cada lugar é atribuído a múltiplos significados pelas pessoas. O lugar, portanto, traduz os espaços com os quais as pessoas têm vínculos mais afetivos e subjetivos do que racionais e objetivos. Trata-se de espacialidades carregadas por laços afetivos desenvolvidos pelos indivíduos ao longo de suas vidas na convivência com o lugar e com os outros.

Os sentimentos dos indivíduos em relação ao lugar são divididos em dois termos por Yi-Fu Tuan (1980): topofilia, que se refere ao apego e familiaridade ao lugar, e topofobia, que representa o inverso, denotando o lugar do medo e da repugnância. Assim, enquanto a residência pode ser um lugar de afeto que remete à privacidade e aos atos íntimos para alguns, para outros, o ato suicida pode ser lido como um manifesto e denúncia ao local em que escolhem morrer. Dentre os caminhos para medir esse fenômeno, pode-se buscar verificar a ocorrência de casos em ambientes de trabalho.

Considerando que o suicídio é um processo que não se encerra com a morte, Berzins & Watanabe (2012) argumentam que ele é interpretado como um gesto de comunicação entre o indivíduo suicida e a sociedade (ou lugar) palco desse ato. Ou seja, há uma atitude do indivíduo em relação ao local de ocorrência do ato suicida. Esses atos podem ser interpretados tanto como gestos impulsivos em momentos de desespero quanto como atos de denúncia ou protesto diante de determinadas situações.

Diante de seus impactos sociais, econômicos e familiares, pode-se afirmar que o ato suicida não se encerra com a morte. Enquanto um ato individual pode afetar, no mínimo, cinco ou seis pessoas diretamente, quando ocorre em local público, esse número pode aumentar para centenas (Calixto Filho & Zerbini, 2016). Além de causar dor e sofrimento aos familiares e pessoas próximas, do ponto de vista econômico, o ato acarreta um grande custo para a sociedade. Enquanto as vítimas de tentativas de suicídio que não evoluem a

óbito demandam recursos públicos para cuidados de saúde, o suicídio consumado resulta na perda de capital humano e financeiro, que poderia ser empregado em outras atividades sociais (Fraga, 2014).

Dejours & Bègue (2010) afirmam que um único suicídio no local de trabalho constitui um problema que afeta toda a comunidade de trabalho, uma vez que reflete uma profunda degradação do tecido social e humano do trabalho. Quando um trabalhador se suicida por questões relacionadas ao trabalho, denuncia o sofrimento de toda uma comunidade, acarreta consequências sobre o aumento da vulnerabilidade dos colegas e, em um breve período de tempo, podem ser observados novos casos de suicídio entre os trabalhadores. Os autores também relatam que o suicídio no local de trabalho é um fenômeno recente que não ocorria na indústria ou no setor de serviços. No entanto, há muito tempo se observa uma alta incidência de suicídios entre trabalhadores rurais no local de trabalho.

A Geografia da Saúde é uma subárea da ciência geográfica que busca aplicar conhecimentos, métodos e técnicas geográficas em investigações sobre saúde, abrangendo desde a prevenção de agravos à saúde até a recuperação da saúde das populações. A distribuição desigual de componentes e processos socioeconômicos e socioculturais no espaço influencia a situação de saúde de uma população em determinado momento. A situação de saúde de uma população é moldada por sua formação econômica, social, cultural e ambiental, além de sua exposição a diferentes agentes patogênicos. Essa situação está relacionada à história social do espaço geográfico em que a população está inserida, refletindo a compreensão do processo saúde-doença e permitindo a análise dos processos atuais em múltiplas escalas (Iñiguez-Rojas, 1998).

Assim, por relacionar a sociedade ao meio em que produz e se reproduz, o espaço geográfico permite conhecer a dinâmica social de uma população por contingenciar seu processo de reprodução social, ordenando necessidades econômicas e sociais a partir de determinadas organizações espaciais que evidenciam, entre outras questões, seus quadros de vulnerabilidades de saúde (Monken et al., 2008).

Bando & Barrozo (2010) destacam que incorporar o espaço como categoria de análise em estudos de saúde pressupõe discutir diferenças regionais e sua relação com a estrutura espacial em que estão inseridas para compreender a ocorrência e distribuição de doenças e agravos de saúde. Portanto, esses estudos interdisciplinares podem trazer grandes benefícios relacionados ao diagnóstico, prognóstico e prevenção de agravos e doenças.

Mota (2015) complementa que os eventos de saúde acontecem no indivíduo, enquanto as análises espaciais ocorrem na escala da população e os aspectos externos ao indivíduo, como os macro-determinantes socioambientais, devem ser considerados. O autor complementa que, embora alguns indivíduos sejam mais suscetíveis ao adoecimento psíquico por fatores biológicos e psicológicos, o lugar em que este indivíduo vive dimensiona novos contornos, pois as condições de vida e as formas de adoecer e morrer são desiguais no espaço urbano.

A análise conjunta de variáveis socioambientais para compreender processos de saúde e de problemas de saúde tem recebido cada vez mais suporte do geoprocessamento, que consiste em um conjunto de técnicas de coleta, apresentação e tratamento de dados para fornecer informações especializadas (Barcellos; Bastos, 1996). Elas são um valioso instrumento no planejamento, monitoramento e avaliação das ações em saúde por permitirem a identificação das condições de vida e de risco no território.

Mota (2014) identificou, a partir de análises em escalas macro e mesorregionais, que diferentes contextos geográficos resultam em diferentes processos de saúde-doença mental no Brasil, devido a diferenças nos perfis sociodemográficos e culturais das regiões. Ele observou também que as metrópoles e cidades de porte médio de diferentes contextos geográficos resultam em diferentes condições de vida. Portanto, não é possível afirmar que as taxas de mortalidade por suicídio são mais elevadas em espaços urbanos no país.

Macente & Zandonade (2011) constataram que os municípios com taxas médias de suicídio formam uma espécie de corredor no interior do estado do Espírito Santo. Esse padrão pode ser explicado pela tendência à interiorização dos suicídios, atribuída em parte ao isolamento social, à dificuldade em detectar sinais de alerta e ao acesso limitado aos serviços de saúde e de ensino.

Mas onde se encontram a psicanálise e a Geografia? Dias (2022) busca responder a essa questão por meio da apresentação de um novo conceito: lugar geopsíquico. O lugar geopsíquico refere-se à capacidade de falar sobre os lugares ao mesmo tempo que fala de si, uma vez que a forma como nos relacionamos com os lugares e com as pessoas implica o reconhecimento de manifestações que não são deliberadas pela consciência. Trata-se, portanto, de uma perspectiva epistemológica que considera a espacialidade humana de forma indissociável

entre as dinâmicas psíquicas e terrestres, essa interseção entre os mundos internos e externos. Cada ser terrestre constitui-se em contextos circunscritos no espaço e no tempo, sendo atravessado por diversas escalas, e isso incide sobre suas interpretações do mundo. Diante disso, a autora declara: “Se meu modo de fazer Geografia está marcado pela psicanálise, um destaque é fundamental: a escuta” (p. 53), e defende a possibilidade de fazer uma Geografia da Escuta.

A psicanálise é capturada no presente texto pelo seu potencial de contribuir para compreender o sofrimento que motiva um indivíduo a optar pelo encerramento de sua própria vida. A partir da escuta aberta e ativa, considera a singularidade do indivíduo por seu desejo de morte, sem minimizar ou julgar suas motivações, respeitando as particularidades e o tempo do falasser. A partir disso, opera para que o sujeito possa encontrar outras formas de gozo que não no ato suicida, ou seja, que encontre um novo sentido à vida.

Na teoria freudiana, o suicídio é interpretado à luz da teoria das pulsões e da melancolia. Freud postula que o ser humano é regido pela coexistência de duas forças antagônicas: a pulsão de vida (Eros) e a pulsão de morte (Tanatos). A pulsão de morte está relacionada ao instinto natural do homem, que envolve agressividade e hostilidade direcionadas ao exterior. Quando essa agressividade, originalmente direcionada a um objeto externo, é internalizada, ela se volta para o ego. Nesse cenário, o superego assume a responsabilidade de agir com a mesma agressividade que o ego desejaria expressar externamente. Diante dessa tensão, o superego sádico instintivamente pune o ego, que se torna masoquista. Essa dinâmica internalizada, marcada pelo masoquismo do ego e a agressividade exacerbada do superego, contribui para o estado de melancolia. A perda do vínculo com a existência e a falta de vontade de se relacionar com o mundo são características da melancolia. Esta surge da insatisfação do sujeito consigo mesmo ao perder seu objeto ideal, que internaliza uma agressividade contra seu próprio ego, transformando-o em seu próprio objeto. O ego, em um estado masoquista, aceita a morte como única alternativa diante da angústia insuportável, pois se percebe como um objeto sem valor, voltando uma agressividade exacerbada contra si mesmo (Carvalho, 2014; Stellet & Campista, 2020).

Conforme a perspectiva de Lacan, o suicídio é concebido como um ato, uma espécie de “modo de saída” que representa uma recusa radical do sujeito em se submeter à dor de existir. No entanto, enquanto ser de linguagem, ao tentar se desvincular da cadeia significante por meio da abolição de si mesmo com o ato suicida, transforma-se em um signo ainda mais pronunciado, pois é no momento da morte que o sujeito se torna, para os outros, um signo eterno. Ao discorrer sobre a pulsão de morte, ressalta que as relações do sujeito se entrelaçam com o objeto perdido, o objeto da pulsão. Esta é a dimensão do gozo, uma satisfação paradoxal da pulsão de morte, caracterizada por uma gratificação antinômica ao prazer, intrínseca ao masoquismo primordial encontrado na dor, no sofrimento e, notavelmente, no próprio ato suicida. Dado que a pulsão de morte, por definição, representa a inclinação de todo ser falante em direção ao inanimado, pode-se afirmar que, no suicídio, essa pulsão atinge seu objetivo. Sob essa ótica, Lacan considerou o suicídio como o único ato verdadeiramente bem-sucedido, definitivo e consumado (Carvalho, 2014).

## Considerações

O suicídio, quando estudado sob a ótica de grupos ocupacionais, revela-se como um fenômeno complexo e multifacetado que requer o aprofundamento de pesquisas que busquem compreender essa relação em profundidade. Além da magnitude e do impacto epidemiológico na sociedade, é essencial considerar os determinantes sociais para se compreender o contexto espaço-temporal correlacionados ao desfecho, inclusive no que tange à construção inconsciente do falasser.

Ao refletir sobre o território no âmbito da saúde, é preciso conceber que cada indivíduo carrega consigo um território impregnado por relações sociais, de poder, pela história de sua formação e pelas formas econômicas e de organização. Para tanto, analisa-se as características físicas de uma região com as marcas produzidas pelo homem, a partir de suas relações sociais (Silva & Pinho, 2015).

O trabalho, como conceito-chave na compreensão do processo de produção do espaço e do território, não apenas estabelece relações sociais, mas também situa os indivíduos na hierarquia social de valores, moldando diferentes possibilidades de vida. Em cada localidade, os significados atribuídos pelas pessoas são diversos, carregando consigo espacialidades marcadas por laços afetivos desenvolvidos ao longo da convivência com o lugar e com outros. Ao conectar a sociedade ao meio em que produz e se reproduz, o espaço geográfico permite

a compreensão da dinâmica social de uma população, ordenando necessidades econômicas e sociais com base em seus quadros de vulnerabilidades de saúde e outras demandas territoriais.

Destaca-se que o suicídio é um fenômeno multifatorial, e, portanto, este texto não buscou apontar uma relação causal com a ocupação, uma vez que outros fatores devem ser considerados. Contudo, diante do acirramento das relações de trabalho observado nas últimas décadas, reestruturando processos, relações e a composição da força de trabalho através da precarização (Ceccon et al., 2014; Thomaz Júnior, 2002), é imperativo aprofundar a discussão e propor ações públicas que promovam relações de trabalho mais dignas.

Compreender o suicídio demanda uma leitura que ultrapasse fronteiras disciplinares, lançando luz sobre os espaços geográficos carregados de materialidades, subjetividades e, ao mesmo tempo, sobre as profundezas da psique humana que permeiam nossa existência. O suicídio, nesse contexto, não possibilita respostas simplistas, mas convida à profunda reflexão sobre a interseção entre os espaços físicos e emocionais onde se desenrolam narrativas intrincadas de dor, esperança e busca por significado.

Diante do contexto apresentado, é fundamental que na Geografia da Saúde haja a participação de pesquisadores vinculados a outras ciências, como psicologia, psicanálise, sociologia e antropologia. Esse envolvimento é crucial para proporcionar um entendimento mais abrangente da problemática apresentada e para ampliar o conhecimento, gerando subsídios aos tomadores de decisão. Essa colaboração interdisciplinar é essencial para a implementação eficaz de políticas públicas relacionadas ao tema, visando verdadeiramente promover a saúde e o bem-estar da população de trabalhadores sujeitos a condicionantes e determinantes que possam potencializar comportamentos ligados a tentativas ou efetivação do suicídio.

## Fontes de fomento

Agradecimentos especiais ao LAGAS/UnB pela oportunidade de desenvolver conceitualmente a pesquisa, ao LMI/IRD, à CAPES e CNPq pelos apoios financeiros, e ao Paulo Vinicius Madureira Nunes Costa pelo espaço cedido ao longo de cinco anos para refletir sobre essa questão.

## Créditos

Karina Flávia Ribeiro Matos: Conceptualização, análise formal, investigação, metodologia, escrita do rascunho final e edição final.

Helen Gurgel: Conceptualização, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, administração do projeto, recursos, supervisão, validação e revisão do texto.

Eucilene Alves Santana: Conceptualização, análise formal, investigação, metodologia, supervisão, validação e revisão do texto

## Referências

Antunes, R., & Praun, L. (2015). A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serv. Soc. Soc.*, (123), 407-427.

Araújo, E. S., & Bicalho, P. P. G. Suicídio: crime, pecado, estatística, punição (2012). *Revista de Psicologia da IMED*, 4(2), 723-734.

Bando, D. H., & Barrozo, L. V. (2010). O Suicídio na Cidade de São Paulo: uma análise sob a perspectiva da Geografia da Saúde. São Paulo: Humanitas.

Barcellos, C., & Bastos, F. I. (1996). Geoprocessamento, ambiente e saúde: uma união possível? *Cad. Saúde Pública*, 12(3), 389-397.

Berzins, M. V. & Watanabe, H. A. W. (2012). Falar de suicídio é também falar da vida e da qualidade de vida. *Cien. Saúde Coletiva*, 17(8), 1955-1962.

Carvalho, S. A morte pode esperar? A clínica psicanalítica do suicídio. 1ª ed. Salvador: Associação Científica Campo Psicanalítico, 2014.

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, (1940, 31 de dezembro). Código Penal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm).

Dias, J. M. T. Lugar Geopsíquico: onde a psicanálise e a Geografia se encontram. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2022.

Calixto Filho, M. & Zerbini, T. (2016). Epidemiologia do suicídio no Brasil entre os anos de 2000 e 2010. Saúde, Ética & Justiça, 21(2), 45 – 51.

Camacho, R. S. (2010). A produção do espaço e do território: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista. Entre-Lugar, Dourados, 1, 73-98.

Carlos, A. F. A. (2007). O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH.

Carvalho, R. A. (1995). Saúde mental e trabalho: um novo (velho) campo para a questão da subjetividade. In Codo, W.; Sampaio, J. (Orgs.). Sofrimento Psíquico nas Organizações. Petrópolis: Vozes. 59-66.

Ceccon, R. F., Meneghel, S. N., Tavares, J. P., & Lautert, L. (2014). Suicídio e trabalho em metrópoles brasileiras: um estudo ecológico. Ci. Saúde Coletiva, 19(7), pp. 2225-2234.

Codo, W., Sampaio, J. J. C., Hitomi, A. H., & Bauer, M. (1995). A síndrome do trabalho vazio em bancários. In Codo, W., Sampaio, J. (Orgs.). Sofrimento Psíquico nas Organizações. Petrópolis: Vozes, pp. 316-330.

Corrêa, R. L. (2000). Espaço, um conceito-chave da Geografia. In Castro, I. E., Gomes, P. C. C., & Corrêa, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2ª ed.).

Dejours, C., & Bègue, F. (2010). Suicídio e Trabalho: o que fazer? Brasília: Paralelo.

Durkheim, E. (2000). O suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1897).

Fraga, W. S. (2014). Determinantes socioeconômicos do suicídio no Brasil e no Rio Grande do Sul no século XXI [Dissertação de mestrado – Universidade do Vale do Rio dos Sinos em Economia], São Leopoldo.

Franklin, R. S. P. (2019). O que é superexploração? Economia e Sociedade, 28(3), pp. 689–715.

Guimarães, T. (2012). Suicídio e Ocupação: um estudo comparativo [Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Ciências Sociais – Universidade do Estado do Rio de Janeiro], Rio de Janeiro.

Iñiguez-Rojas, L. (1998). Geografía y salud: temas y perspectivas en América Latina. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 14(4), pp. 701-711.

Lange, S., Cayetano, C., Jiang, H., Tausch, A., & Oliveira, S. R. (2023). Contextual factors associated with country-level suicide mortality in the Americas, 2000-2019: a cross-sectional ecological study. The Lancet Regional Health – Americas, 20(10045). DOI: <https://doi.org/10.1016/j.lana.2023.100450>.

Lovisi, G. M., Santos, S. A., Legay, L., Abelha, L., & Valencia, E. (2009). Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. Braz J Psychiatry, 31(2), pp. S86-S93.

Marx, K. (2004). Manuscritos Econômico-Filosóficos (1ª ed.). Ranieri, J (Trad.). São Paulo: Boitempo Editorial.

Matos, K. F. R. (2019). Descrição espaço-temporal dos óbitos por suicídio segundo grupos ocupacionais no Distrito Federal, Brasil [Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Geografia — Universidade de Brasília]. Brasília.

Monken, M., Peiter, P., Barcellos, C., Iñiguez Rojas, L., Navarro, M. B. M. A., Gondim, G. M. M., Gracie, R. (2008). O Território na Saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. In Miranda, A. C., Barcellos C., Moreira, J.C., Monken, M. (Orgs.). Território, Ambiente e Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, pp. 23-41.

Oliveira, L. R., & Benedetti, A. O. C. (2018). Suicídio em Mato Grosso – Brasil: 1996 a 2015. *J. Health Biol. Sci.*, 6(4), pp. 391-398.

Sampaio, J. J. C., Codo, W., & Hitomi, A. H. (1995b). Saúde Mental e trabalho: um modelo de investigação. In Codo, W., & Sampaio, J. (Orgs.). *Sofrimento Psíquico nas Organizações*. Petrópolis: Vozes, pp. 89-115.

Sampaio, J. J. C., Hitomi, A. H., & Ruiz, E. M. (1995a). Saúde e Trabalho: uma abordagem do processo e jornada de trabalho. In Codo, W., & Sampaio, J. (Orgs.). *Sofrimento Psíquico nas Organizações*. Petrópolis: Vozes, pp. 67-88.

Santos, M. (2006). *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (4ª ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Santos, M. (2014). *Espaço e Método* (5ª ed.). São Paulo: Nobel.

Sato, L. (1995). O conhecimento do trabalhador e a teoria das representações sociais. In Codo, W., & Sampaio, J. (Orgs.). *Sofrimento Psíquico nas Organizações*. Petrópolis: Vozes, pp. 48-58.

Silva, A. B., & Pinho, L. B. (2015). Território e saúde mental: contribuições conceituais da geografia para o campo psicossocial. *Rev. Enferm UERJ*, Rio de Janeiro, 23(3), pp. 420-424.

Stack, S. (2000). Suicide: A 15-Year Review of the Sociological Literature Part I: Cultural and Economic Factors. *Suicide Life Threat. Behav.*, 30(2), pp. 145-162.

Stankiski, A., Kundlastch, C. A., & Pirehowski, D. (2014). O conceito de lugar e suas diferentes abordagens. *Unioeste*, 9(11).

Stellet, R. C.; Campista, V. R. O fenômeno do suicídio à luz da psicanálise. *Revista Conhecendo Online: Ciências da Saúde*, v. 6, n. 1, 2020.

Thomaz Júnior, A. (2002). Por uma geografia do trabalho. *PEGADA*, 3, p. 38-51.

Tuan, Y. F. (1975). Place: an experiential perspective. *Geographical Review*, 65, p. 151-165.

Tuan, Y. F. (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Oliveira, L. (Trad.). São Paulo: DIFEL, 288 p.

Venco, S., & Barreto, M (2010). O sentido social do suicídio no trabalho. *Revista Espaço Acadêmico*, 108, pp. 1-8.